

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

26. A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado democrático e tem como fundamento, dentre outros:

- A) os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa
- B) a livre concorrência
- C) a defesa do consumidor
- D) a redução das desigualdades sociais
- E) a busca do pleno emprego

27. Com base no artigo 4º da Constituição da República de 1988, a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais, dentre outros, pelo seguinte princípio:

- A) acesso à informação
- B) não-intervenção
- C) liberdade de consciência
- D) erradicação da pobreza
- E) redução das desigualdades sociais e regionais

28. De acordo com o artigo 84 da Constituição da República de 1988, o Presidente da República poderá delegar as atribuições de:

- A) aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de membros do Ministério Público
- B) aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente
- C) autorizar operações externas de natureza financeira de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios
- D) dispor sobre limites e condições para concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno
- E) conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei

29. Segundo o artigo 92 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, um dos órgãos do Poder Judiciário é:

- A) Tribunal Marítimo
- B) Tribunal de Contas
- C) Conselho Nacional de Justiça
- D) Conselho da República
- E) Conselho da Defesa Nacional

30. O artigo 53 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece que os Deputados e Senadores, quando for o caso, serão submetidos a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, desde:

- A) a expedição do diploma
- B) a posse
- C) a votação
- D) o final do primeiro mês de mandato
- E) o pedido de sustação

31. Com fulcro no artigo 60 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

- A) De um terço dos membros do Congresso Nacional, do Presidente da República ou da maioria qualificada das Assembléias Legislativas ou das Câmaras de Vereadores das unidades da Federação
- B) Das Mesas do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, do Presidente da República, do Supremo Tribunal Federal ou de três quintos das Assembléias Legislativas dos Estados Federados
- C) De um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, do Presidente da República ou de mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros
- D) Da maioria qualificada dos membros do Congresso Nacional, do Presidente do Senado Federal, ou mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação
- E) Das Mesas da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, do Presidente da República, ou de um terço das Assembléias Legislativas das unidades da Federação

32. O parágrafo primeiro do artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 trata das normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais, estabelecendo que elas:

- A) requerem um parecer judicial prévio
- B) vigoram através de Resolução da Presidência
- C) são aplicadas por medida provisória
- D) têm aplicação imediata
- E) dependem de prazo legal para aplicação

33. O artigo 150 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, estabelece que, sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito federal e aos Municípios, instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos. Essa determinação expressa o princípio da:

- A) vedação ao retrocesso tributário
- B) legalidade tributária
- C) irretroatividade tributária
- D) isonomia tributária
- E) anterioridade tributária

34. Segundo o artigo 142, parágrafo único, do Código Tributário Nacional, a atividade administrativa de lançamento, sob pena de responsabilidade funcional, deve ser:

- A) legal e discricionária
- B) discricionária e facultativa
- C) dispensada e facultativa
- D) arbitrária e ilegal
- E) vinculada e obrigatória

35. O artigo 163 do Código Tributário Nacional estabelece que, existindo simultaneamente dois ou mais débitos vencidos do mesmo sujeito passivo para com a mesma pessoa jurídica de direito público, relativos ao mesmo ou a diferentes tributos ou provenientes de penalidade pecuniária ou juros de mora, a autoridade administrativa competente para receber o pagamento determinará a respectiva imputação, obedecendo determinadas regras de prioridade. Uma dessas regras dispõe que a imputação relativa a débitos vencidos deve ser feita, quando for o caso, obedecendo à seguinte ordem:

- A) primeiramente as taxas, depois os impostos e por fim as contribuições de melhoria
- B) primeiramente os impostos, depois as contribuições de melhoria e por fim as taxas
- C) primeiramente as contribuições de melhoria, depois as taxas e por fim os impostos
- D) primeiramente os empréstimos compulsórios, depois os impostos e por fim as taxas
- E) primeiramente as contribuições genéricas, depois os impostos e por fim as taxas

36. Com amparo no artigo 153 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, compete à União instituir impostos sobre:

- A) transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos
- B) propriedade territorial rural
- C) propriedade de veículos automotores
- D) propriedade predial e territorial urbana
- E) transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis

37. Segundo o artigo 16 do Código Tributário Nacional, o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte, é denominado:

- A) Imposto
- B) Taxa
- C) Contribuição de melhoria
- D) Empréstimos
- E) Tarifa

38. O tributo cobrado para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado, segundo o artigo 81 do Código Tributário Nacional, é denominado:

- A) contribuição de Melhoria
- B) imposto extraordinário
- C) taxa de benefício
- D) tarifa compulsória
- E) imposto comunitário

39. No que se refere à sociedade de economia mista é correto afirmar que:

- A) é criada por lei para executar atividades típicas do Estado
- B) é pessoa jurídica de direito público criada por lei específica
- C) é pessoa jurídica de direito privado e surge mediante autorização legislativa
- D) executa serviços públicos descentralizados, exceto atividade econômica
- E) explora atividade sem fins lucrativos, notadamente através do monopólio

40. A utilização privativa de bem público por períodos pequenos e na qual o interesse predominante é o privado, caracteriza o provimento administrativo unilateral que recebe o nome de:

- A) licença de uso
- B) concessão de direito real de uso
- C) concessão especial para fins de moradia
- D) cessão de uso
- E) autorização de uso

41. O elemento constitutivo do ato administrativo, consistente na criação, modificação ou extinção que o mesmo se preordena a produzir no mundo jurídico, é denominado:

- A) conteúdo ou objeto
- B) motivo ou motivação
- C) imperatividade ou forma
- D) executoriedade ou finalidade
- E) competência ou efetividade

42. Quando o cargo público é extinto ou é declarada a sua desnecessidade, o servidor público ocupante do mesmo será:

- A) colocado em disponibilidade definitiva, desde que seja estável no serviço
- B) colocado em disponibilidade provisória, com remuneração proporcional ao tempo de serviço
- C) aposentado, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição
- D) reconduzido a outro cargo, após aproveitamento em curso de aperfeiçoamento
- E) posto na inatividade remunerada, com proventos integrais, até o seu aproveitamento

43. O serviço público que é prestado de forma genérica, sem identificar a figura do usuário, é doutrinariamente classificado como:

- A) específico
- B) *uti singuli*
- C) divisível
- D) *uti universi*
- E) congênito

44. A forma de extinção da delegação do serviço público que se funda na culpa da concessionária recebe o nome de:

- A) contraposição
- B) encampação
- C) reversão
- D) rescisão
- E) caducidade

45. O ato administrativo normativo que tem por fim disciplinar o funcionamento de órgãos públicos colegiados é:

- A) o regimento
- B) a resolução
- C) o decreto
- D) a circular
- E) a portaria

46. A alternativa que apresenta um bem considerado móvel por determinação legal é:

- A) enfiteuse pública
- B) sucessão aberta
- C) penhor agrícola
- D) energia elétrica
- E) direito real de hipoteca

47. De acordo com a sistemática adotada no Código Civil em vigor, o casamento de uma pessoa declarada ausente é considerado, via de regra:

- A) ineficaz
- B) nulo
- C) válido
- D) anulável
- E) inexistente

48. No que concerne à validade de um negócio jurídico, é possível afirmar que:

- A) a reserva mental conhecida pelo destinatário não macula o ajuste
- B) o contrato celebrado por devedor notoriamente insolvente é anulável
- C) o temor reverencial, sob qualquer circunstância, é considerado coação
- D) o negócio simulado é nulo e não subsistirá o que se dissimulou
- E) o ato que tiver por objetivo fraudar lei imperativa é anulável

49. Conforme estabelece o Código Civil em vigor, a pretensão de ressarcimento de enriquecimento sem causa prescreve no prazo de:

- A) três anos
- B) cinco anos
- C) dois anos
- D) quatro anos
- E) um ano

50. Os bens que, não constituindo partes integrantes do principal, se destinam, de modo duradouro, ao seu uso, ao serviço ou ao aformoseamento são chamados de:

- A) consumidos
- B) produtos
- C) industriais
- D) pertenças
- E) acessão

51. O bem que pertence a uma pessoa jurídica de direito público, mas que não é destinado ao uso geral ou a uma finalidade específica do ente público, insere-se na categoria de:

- A) uso especial
- B) uso comum
- C) dominical
- D) fundiário afetado
- E) prescritível

52. Os frutos que, embora tenham sido produzidos e estejam prontos para serem destacados e percebidos, não o foram por culpa ou dolo do possuidor, são considerados:

- A) percipiendos
- B) civis
- C) estantes
- D) naturais
- E) pendentes

53. A revogação total de uma lei, consubstanciando a sua retirada integral do mundo jurídico, recebe a denominação de:

- A) derrogação
- B) ab-rogação
- C) repristinação
- D) invalidação
- E) desuso

54. A variabilidade ou dispensa do capital social, bem como a indivisibilidade do fundo de reserva entre os sócios, ainda que em caso de dissolução da sociedade, são características da sociedade:

- A) não personificada
- B) comanditária
- C) anônima
- D) fundacional
- E) cooperativa

55. Quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços é considerado:

- A) comerciário
- B) autônomo
- C) empresário
- D) profissional liberal
- E) trabalhador avulso

56. Considerando as alternativas abaixo, aquela que inclui apenas sociedades simples é:

- A) administradoras de imóveis e condomínios
- B) hospitais e casas de saúde
- C) agências de viagens e operadoras de turismo
- D) sociedades de advogados e consultório dentário
- E) *holdings* e *off shores*

57. Nas sociedades constituídas por prazo indeterminado, o sócio que exercer seu direito de recesso deverá fazê-lo mediante:

- A) ação judicial, intentada no prazo de trinta dias contados do exercício do direito
- B) notificação aos demais sócios, com antecedência mínima de sessenta dias
- C) manifestação verbal perante os consortes, ocorrida na reunião de sócios
- D) alteração do contrato social, devidamente registrada nos quarenta e cinco dias subseqüentes
- E) apuração de seus haveres, pagos no prazo de dez dias contados da data da apuração

58. O tipo societário no qual é desimportante a qualificação subjetiva do sócio, porquanto é preponderante a capacidade de investimento dos membros que a integram, é denominado:

- A) unipessoal
- B) simples
- C) pessoal
- D) indústria
- E) capital

59. Terminado o exercício do cargo de administrador de uma sociedade limitada, o ato de cessação deverá ser averbado no registro competente, mediante requerimento, no seguinte prazo:

- A) nos dez dias seguintes à ocorrência
- B) quinze dias contados da deliberação em assembléia
- C) trinta dias após a publicação do ato de destituição
- D) vinte dias após o término do prazo fixado no contrato
- E) até o quinto dia útil seguinte ao ato de desinvestidura

60. A anulação da constituição da sociedade, ante a ocorrência de defeito no ato respectivo, poderá ser requerida pelo sócio, em sede judicial, no prazo de:

- A) três anos, contados da publicação de sua inscrição no registro competente
- B) dois anos, a partir da ciência do ato que deu causa à anulação
- C) um ano, a contar da inscrição do ato constitutivo na junta comercial
- D) dezoito meses, contados da verificação do fato ensejador da nulidade
- E) vinte e quatro meses, computados a partir da constatação da inexequibilidade